

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 105.004 - SP (2018/0293591-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : FERNANDO AUGUSTO PANAÓ FERNANDES
ADVOGADO : PAULO CÉSAR DA SILVA BRAGA - SP232730
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, interposto por FERNANDO AUGUSTO PANAÓ FERNANDES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2150690-80.2018.8.26.0000).

Consta dos autos que o Juízo da 2ª Vara da Comarca de Valinhos/SP indeferiu o pedido de cumprimento da pena em prisão domiciliar formulado pelo recorrente.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS - Homicídio (Art. 121, caput ,do Código Penal) - Paciente condenado à pena de 06 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto - Prisão decorrente de sentença condenatória irrecorrível - Impetração que objetiva a substituição do cárcere por prisão domiciliar - Impossibilidade Ausência de comprovação suficiente ~ Ademais, embora se trate de pessoa que, aparentemente, padece de doença relativa a transtorno comportamental decorrente do uso imoderado de álcool, ao menos nesta estreita via de cognição, inviável se concluir pela gravidade extrema, capaz de autorizar eventual deferimento de pleito da espécie ~ Inexistência de provas a respeito da impossibilidade de tratamento no cárcere - Ausência de constrangimento ilegal, portanto Ordem denegada (fl. 183).

No presente recurso, reiteram-se as teses manejadas na origem, afirmando que o recorrente é acometido de patologia identificada pelo CID 10 – F10.2 – Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool, síndrome de dependência.

A defesa listou oito internações do recorrente entre os anos de 2009 e 2016 e informou que o recorrente encontra-se em tratamento ambulatorial semanal, ao qual será impossível dar continuidade em uma penitenciária.

Defende a interpretação extensiva do art. 117 da Lei de Execuções Penais

Superior Tribunal de Justiça

(LEP) para compreender os condenados acometidos de embriaguez habitual.

Requer o provimento do recurso para que seja concedido o direito de o recorrente cumprir a pena privativa de liberdade em regime domiciliar.

Sem pedido de liminar, o Ministério Público Federal opinou pelo improvimento do recurso, nos termos da seguinte ementa:

PENAL - PROCESSUAL PENAL -RECURSO EM HABEAS CORPUS - CRIMES CONTRA A VIDA -HOMICÍDIO SIMPLES - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DO CÁRCERE POR PRISÃO DOMICILIAR - IMPOSSIBILIDADE - NECESSIDADE DA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - E - APLICAÇÃO DA LEI PENAL. - RESTANDO ADIMPLIDOS OS REQUISITOS DO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. PRECEDENTES/STJ. PARECER PELO IMPROVIMENTO DO RECURSO (fl. 219).

É o relatório.

Decido.

O Tribunal de origem, ao julgar a impetração originária, afirmou que não restou comprovada a gravidade extrema da doença do recorrente que justifique a concessão de prisão domiciliar, conforme se depreende do seguinte trecho do acórdão:

A propósito, o ilustre impetrante requer seja deferido ao paciente o cumprimento de pena em prisão domiciliar, sob a alegação de ser ele portador de doença grave consistente em transtorno mental e comportamental devido ao uso de álcool, com necessidade de atendimento psiquiátrico regular, além do uso diário de medicamentos.

Entretanto, ao menos nesta oportunidade, extrai-se dos documentos apresentados relativos à saúde do ora paciente (fls. 43/159) que, embora à primeira vista padeça ele das aludidas doenças, o seu quadro, ao menos na estreita via de cognição deste writ, não é grave a ponto de autorizar o deferimento de cumprimento da pena em regime domiciliar.

Por sinal, sobreleva constar da decisão ora atacada (fls. 11) não haver "provas de que o tratamento ambulatorial não seja possível de ser prestado no estabelecimento prisional.

Outrossim, conforme informação da autoridade impetrada (fls. 168/173), também houve manifestação do Parquet atuante em primeiro grau no sentido de indeferimento da prisão

Superior Tribunal de Justiça

albergue domiciliar.

Não se olvida a possibilidade de cumprimento de pena em regime domiciliar nas hipóteses previstas no artigo 117 da Lei de Execução Penal, dentre elas, pelo acometido por doença grave que estiver sob regime aberto (inciso II).

Também não se deslembra a flexibilização dessa previsão legal pelo Superior Tribunal de Justiça que, mediante recentes decisões, admite o benefício a condenados que estejam sob regime intermediário ou fechado.

No entanto, conforme apontado alhures, não é o caso dos autos, haja vista a não comprovação da impossibilidade de tratamento no estabelecimento prisional (fls. 185/186).

Desse modo, o acórdão combatido está em consonância com o entendimento desta Corte de que a prisão domiciliar, na hipótese de doença grave, é admitida, excepcionalmente, ao sentenciado em cumprimento de pena em regime fechado ou semiaberto, se houver impossibilidade de recebimento do tratamento adequado no estabelecimento prisional, o que não é o caso dos autos.

A propósito:

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. ENFERMIDADE CUJO TRATAMENTO É DE ATENÇÃO BÁSICA. EXCESSO DE EXECUÇÃO. NÃO CARACTERIZADO. PEDIDOS DE DETRAÇÃO E DE ALTERAÇÃO DO REGIME JÁ APRECIADOS. PEDIDO DE INDULTO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO. TEMPO REGULAR PARA O EXAME DO PLEITO. AUSÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

2. O Superior Tribunal de Justiça tem decidido que é possível a concessão de prisão domiciliar ao sentenciado, em cumprimento de pena em regime fechado ou semiaberto, quando comprovada sua debilidade extrema por doença grave e a impossibilidade de recebimento do tratamento adequado no estabelecimento prisional. (Precedentes.)

3. Hipótese em que inexistente a situação excepcional justificadora da prisão domiciliar, pois as instâncias ordinárias não reconheceram a enfermidade do paciente como grave (portador de múltiplas lesões tumorais, benignas e malignas, decorrentes de câncer de pele, desde o ano de 2005), tendo sido atestado, pela Gerência de Saúde do Sistema Prisional, que o tratamento adequado ao caso é de atenção

Superior Tribunal de Justiça

básica, sem maiores complexidades - acompanhamento médico e uso de proteção solar - disponível na unidade prisional. A revisão de tal entendimento demanda, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência incabível nesta via mandamental.

[...]

6. Habeas corpus não conhecido (HC 431.243/ES, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 20/06/2018).

AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO DOMICILIAR. TRATAMENTO DE SAÚDE. REQUISITOS, INEXISTÊNCIA. ALTERAÇÃO DO JULGADO. EXAME APROFUNDADO DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE NOVOS FUNDAMENTOS CAPAZES DE MODIFICAR O ACÓRDÃO IMPUGNADO. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A prisão domiciliar humanitária, concedida aos apenados acometidos de moléstias graves, por ser medida excepcional, exige não só a comprovação da debilidade do condenado, mas também a constatação de que o tratamento adequado ao restabelecimento de sua saúde encontra-se comprometido, em virtude da inexistência de assistência necessária no interior do estabelecimento prisional.

4. Tendo a Corte originária concluído, por meio de nova perícia, que os problemas de saúde da apenada, embora graves, poderiam ser tratados no interior do estabelecimento prisional, descabe a este Sodalício, por meio do julgamento de habeas corpus, alterar tais fundamentos, pois tal providência demandaria o exame aprofundado do contexto fático-probatório, incabível de realizar-se por meio do rito célere e sumário do mandamus. Precedentes.

5. Agravo improvido (AgRg no HC 430.756/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 15/06/2018).

HABEAS CORPUS. RECEPÇÃO QUALIFICADA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. INDICAÇÃO DE ELEMENTO CONCRETO, CONSISTENTE NO FATO DE O PACIENTE SER POSSUIDOR DE MAUS ANTECEDENTES. PROBABILIDADE DE REITERAÇÃO DELITIVA. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA DEMONSTRADA. PRETENSÃO DE REMOÇÃO AO REGIME DOMICILIAR. MOTIVO DE SAÚDE. IMPOSSIBILIDADE DE RECEBIMENTO DE TRATAMENTO ADEQUADO NA UNIDADE PRISIONAL. FALTA DE COMPROVAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO.

[...]

4. A jurisprudência tem admitido a concessão da prisão

Superior Tribunal de Justiça

domiciliar, em situações excepcionalíssimas, como no caso de portadores de doença grave, desde que comprovada a impossibilidade da assistência médica no estabelecimento prisional em que se encontra o paciente.

In casu, foi demonstrada a possibilidade, pelo Juízo a quo, de tratamento médico do paciente no estabelecimento prisional concomitantemente com o cárcere.

5. *Ordem denegada (HC 426.020/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 27/04/2018).*

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator